

GUIA DE TRABALHO

PPA

2016-2019



RIO GRANDE DO NORTE



GOVERNO
DO ESTADO
DO RIO GRANDE
DO NORTE
Secretaria de Planejamento
e de Fomento - SEPLAN



RIO SUSTENTÁVEL



GRUPO BANCO MUNDIAL

1. Apresentação

Esse Guia de Trabalho compreende um roteiro das atividades a serem realizadas pelos Setoriais para a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. Seu objetivo é proporcionar suporte metodológico e servir como um manual de referência na tarefa de construir o novo PPA Participativo do Estado do Rio Grande do Norte.

Esse novo PPA incorpora noções metodológicas do Governo Federal que, desde 2012, mudou consideravelmente a metodologia de elaboração do seu Plano. De feição mais voltada ao planejamento, essa nova estrutura define e separa os espaços de atuação do Plano e do Orçamento, fazendo com que o PPA se torne, de fato, uma ferramenta de planejamento de médio prazo. O binômio “Programa – Ação”, predominante durante anos nos planos plurianuais e orçamentos, dá lugar a uma nova concepção de Programas Temáticos, Objetivos e Iniciativas, tornando-se a Ação uma categoria exclusiva dos orçamentos. O PPA, assim, muda seu foco para a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, enquanto que o Orçamento passa a responder pela organização no nível operacional.

Além desses ajustes à metodologia do PPA, outra inovação do Plano foi a qualificação da comunicação direta com a sociedade. Essa forma de se comunicar traduz o compromisso assumido pela gestão pública estadual de convocar a sociedade para governar em conjunto. Portanto, o diálogo se materializa através dos amplos debates ocorridos nos encontros territoriais participativos de elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, bem como da escuta social promovida pela internet.

Assim, no intuito de modernizar o planejamento plurianual, os setoriais trabalharão na construção de Objetivos, Metas e Iniciativas, relacionadas aos Programas Temáticos elaborados pela SEPLAN, que permitirão alcançar a visão do Estado para os próximos quatro anos (cabe ressaltar que, mesmo não sendo mais parte do PPA, as Ações Orçamentárias acompanharão o PPA como anexo devendo, portanto, serem elaboradas). Os setoriais também contribuirão na proposição de Indicadores e na elaboração da Contextualização dos Programas Temáticos.

Esse guia apresenta, portanto, as etapas de elaboração do PPA 2016-2019 e os conceitos metodológicos que explicam e detalham os passos de elaboração do PPA a serem seguidos pelos setoriais. As informações apresentadas no PPA poderão, contudo, estar em um nível de agregação diferente daquele detalhado durante a entrada de dados no SIAF.

A fim de se preparar para essas mudanças conceituais na elaboração do PPA, os setoriais, contando sempre com o apoio da SEPLAN, devem fazer bom uso desse guia como apoio na sua tarefa de construir o planejamento de médio prazo do Governo do Estado.

Sumário

1. Apresentação	1
2. Introdução: Cronograma de Elaboração do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte	3
3. Metodologia do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte	6
3.1. Dimensões	6
3.1.1. Dimensão Estratégica	6
3.1.2. Dimensão Tática	10
3.1.3. Ligação entre as Dimensões Estratégica e Tática: Programas Temáticos	10
3.1.4. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado	27
3.1.5. Dimensão Operacional	28
3.2. Atividades a serem seguidas pelos Setoriais	29
3.2.1. Consolidação dos Programas Temáticos: Passo a Passo	29
3.2.2. Indicadores para os Programas Temáticos: Passo a Passo	29
3.2.3. Objetivos, Metas e Iniciativas: Passo a Passo	29
3.2.4. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado: Passo a Passo	30
3.2.5. Inserção das Informações no SIAF	30
4. Considerações finais	31
5. Anexos	32

2. Introdução: Cronograma de Elaboração do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte

O novo paradigma de gestão, chamado Gestão Orientada para Resultados, ou simplesmente Nova Gestão Pública, tem se mostrado uma resposta eficaz às demandas crescentes da sociedade, à necessidade de melhoria da qualidade do gasto público e aos imperativos de transparência e responsabilização.

Dentro desse contexto, destaca-se a transição do PPA tradicional, de viés burocrático e de poucas consequências práticas, para um PPA gerencial, de caráter estratégico e importantes desdobramentos. Dessa forma, a elaboração do Plano Plurianual do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para o período 2016-2019 busca seguir as novas diretrizes da gestão orientada para resultados, dinamizando e tornando mais eficiente sua elaboração e aplicação para o próximo ciclo gerencial.

As etapas na elaboração do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte são visualizadas abaixo:

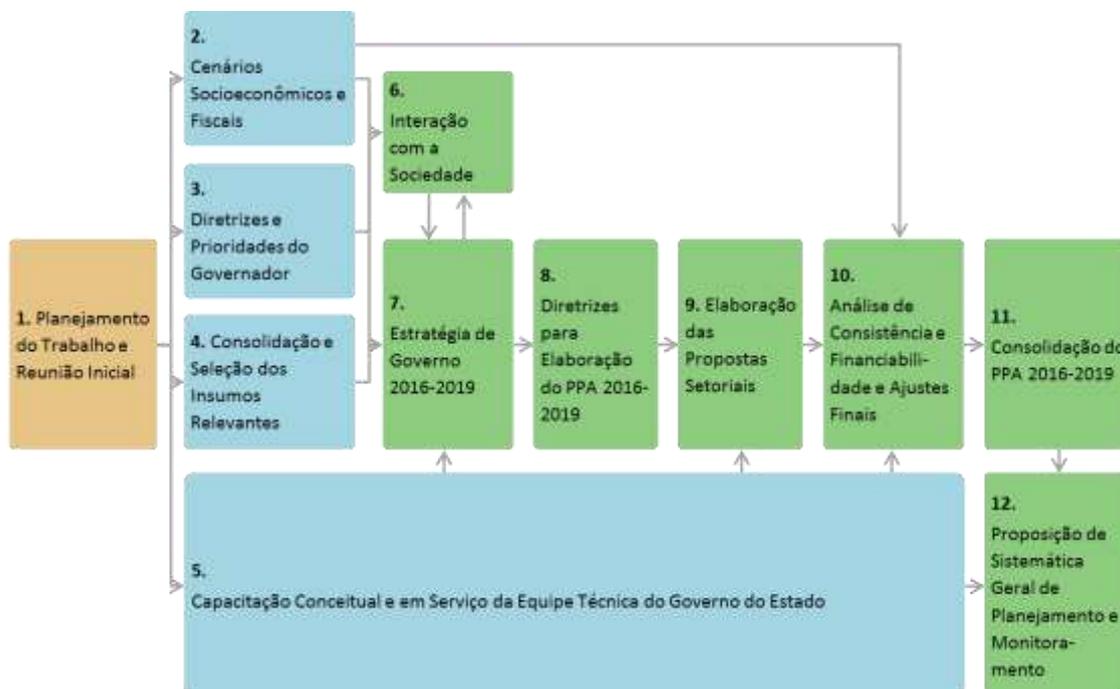


Imagem 1: Elaboração do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte

Esse guia é resultado da etapa 8: Diretrizes para Elaboração do PPA 2016-2019 e fornece subsídios para a etapa 9: Elaboração das Propostas Setoriais. Além desse guia, as Diretrizes também serão apresentadas aos setoriais pela equipe da SEPLAN em uma **Oficina de Trabalho, a ser realizada em dois momentos nos dias 06 e 08 de julho**. Contudo, como o trabalho de elaboração de todo o PPA não poderá, ser contemplado em apenas uma Oficina, os setoriais deverão dar continuidade a esse trabalho no decorrer do mês de julho e, caso tenham dúvidas, deverão contatar a SEPLAN para organizar seções individuais de orientação. Essas seções individuais terão o objetivo não apenas de monitoramento da elaboração do PPA, mas também responderão às eventuais dúvidas na utilização da nova metodologia.

O PPA Participativo do RN não só apresenta uma nova metodologia, mais estratégica e orientada para resultados, como também proporciona maior interação com a sociedade através dos encontros territoriais do PPA Participativo. A tabela abaixo mostra o cronograma desses encontros que foram realizados durante o mês de junho. Nesses eventos, foram apresentadas informações relativas à conjuntura de cada território. Em seguida, foram realizadas oficinas de trabalho nas quais os cidadãos puderam discutir e, por fim, realizar propostas em temas de seu interesse a partir das seguintes dimensões: sociocultural (saúde, educação, assistência social, segurança, dentre outros), político-institucional, ambiental e econômica. Técnicos de vários órgãos participaram das oficinas disponibilizando apoio técnico à realização das discussões. Após concluídas, as propostas foram apresentadas para todos os presentes no evento.

TABELA 1. ENCONTROS TERRITORIAIS: PPA PARTICIPATIVO

Território	Município Sede	Data
Agreste Litoral Sul	Canguaretama	02/06
Sertão do Apodi	Apodi	09/06
Alto Oeste	Pau dos Ferros	10/06
Açu/Mossoró	Mossoró	11/06
Potengi	São Paulo do Potengi	15/06
Trairi	Santa Cruz	16/06
Mato Grande	João Câmara	17/06
Seridó	Caicó	22/06
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	Angicos	25/06
Terras Potiguaras	Natal	26/06

Além dos eventos territoriais, a população potiguar tem a oportunidade de apresentar suas propostas para o PPA PA 2016-2019 através da pesquisa interativa situada no site do Governo do Estado (www.rn.gov.br). Esse instrumento de escuta social estará disponível até 15 de julho.

Para concluir, todas essas propostas (as dos eventos territoriais e das pesquisas) serão compiladas e entregues aos setoriais para consideração no momento da elaboração dos Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA. Os setoriais deverão, então, analisar a viabilidade técnica de implementação dessas propostas e, quando não for possível a inclusão, deverão encaminhar justificativa para respaldar essa decisão.

3. Metodologia do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte

O novo PPA do Estado do Rio Grande do Norte tem como orientação a metodologia adotada pelo Governo Federal para o ciclo 2016-2019.

3.1. DIMENSÕES

A imagem abaixo ilustra as três dimensões de planejamento estadual para o ciclo 2016-2019. Fazem parte do PPA as Dimensões Estratégica e Tática. A Dimensão Operacional faz parte do Orçamento.



Imagem 2: Dimensões do planejamento estadual 2016-2019 do Rio Grande do Norte

3.1.1. Dimensão Estratégica

A Dimensão Estratégica proporciona a orientação estratégica para a elaboração do PPA. Ela tem como base a visão de futuro do Governo, organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e territorial.

3.1.1.1. *Visão Estratégica*

A Visão Estratégica deve ser entendida como a declaração de um desejo coletivo, factível, claro, que oriente o planejamento do destino do Rio Grande do Norte, no geral, e da ação governamental, em particular.

A Visão Estratégica do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte nasce das discussões setoriais, dos debates participativos com a sociedade e das prioridades estabelecidas no Plano de Governo “Pacto pelo RN”. De acordo com o Pacto pelo RN, os 3 eixos principais para implantação de políticas estaduais são:

- Gestão Democrática, participação e eficiência do Estado (Cidadania e Controle Social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública)
- Economia dinâmica e equilíbrio regional
- Resgate social e cidadania

Esses eixos são traduzidos nas ações dos “Pactos”:

- “Pacto pela Paz
- Pacto pelo Futuro
- Pacto pela Saúde
- Pacto pela Eficiência
- Pacto pelo Desenvolvimento
- Outras Ações em Meio Ambiente, Habitação, Esportes e Lazer, Cultura, Política Social e Cidadania, Igualdade Racial e de Gênero.

Assim sendo, a Visão Estratégica do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte é:

Um pacto por um RN mais próspero, democrático e socialmente mais justo.

3.1.1.2. *Eixos Estratégicos*

Os Eixos Estratégicos definem as principais linhas da atuação governamental para o período de implementação do Plano.

Tendo em vista os debates participativos e o Plano de Governo, bem como análise de estudos, programas, projetos e planos existentes para o Rio Grande do Norte, os Eixos Estratégicos

abaixo têm como objetivo alcançar a visão de um RN mais próspero, democrático e socialmente mais justo. Essa visão será alcançada por meio da/do:

- **Democratização e Melhoria da Eficiência da Gestão Pública:** aumento da participação social no governo, da transparência do Estado e da eficiência governamental e do gasto público.
- **Ampliação da Inovação e Eficiência da Economia Potiguar:** promoção do desenvolvimento econômico por meio do aumento da competitividade sistêmica, que foca em investimentos em capital humano (educação), infraestrutura e ciência e tecnologia; e por meio de um aumento na eficiência das atividades econômicas do Estado.
- **Melhoria da Qualidade de Vida do Potiguar:** ações em setores prioritários da gestão pública, como saúde, segurança, combate à pobreza, dentre outros, com vistas ao aumento do bem-estar do potiguar e a garantia ao acesso aos direitos fundamentais.

3.1.1.3. Diretrizes Estratégicas

As Diretrizes Estratégicas traduzem os Eixos Estratégicos e norteiam as principais agendas para os próximos quatro anos. São as Diretrizes que ditam o alinhamento estratégico necessário à elaboração dos Programas Temáticos para a construção da Dimensão Tática do Plano.

As Diretrizes Estratégicas relacionadas a cada um dos 3 Eixos Estratégicos são:

- **Eixo 1 – Democratização e Melhoria da Eficiência da Gestão Pública:**
 - **Diretriz para consolidação desse Eixo Estratégico**
 - Democratização e Governança Pública com participação social, transparência, eficiência e gestão orientada para resultados.
- **Eixo 2 – Ampliação da Inovação e Eficiência da Economia Potiguar:**
 - **Diretrizes para consolidação desse Eixo Estratégico**
 - Investimento no capital humano potiguar: Educação de qualidade para todos de modo a garantir a cidadania e o acesso a oportunidades;
 - Investimento em Infraestrutura a fim proporcionar os meios para o avanço da economia do RN;
 - Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação para consolidar o desenvolvimento do Estado no longo prazo;

- Investimento em eficiência no apoio e incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado e ao Empreendedorismo.
- **Eixo 3 – Melhoria da Qualidade de Vida do Potiguar:**
 - **Diretriz para consolidação desse Eixo Estratégico**
 - Promoção do bem-estar do potiguar através da garantia ao acesso aos direitos fundamentais.

3.1.1.4. *Projetos e Agendas Transversais*

As Agendas Transversais são documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. São formas alternativas de organização das informações contidas no PPA, que permitem apreender a ação planejada para assuntos que estão dispersos nos Programas Temáticos, fazendo uso da maior capacidade do PPA 2016-2019 de revelar os compromissos de governo para os públicos específicos. São, desse modo, uma referência, uma outra perspectiva, para o seu monitoramento.

Exemplo de Projeto Transversal a todos os Eixos Estratégicos: RN Sustentável

O RN Sustentável é um exemplo de um Projeto Transversal no PPA 2016-2019. Sua transversalidade é explicada pela abrangência dos seus componentes:

1. **Desenvolvimento Regional Sustentável:** sua transversalidade com o PPA 2016-2019 acontecerá por meio da realização de objetivos e entregas dos Programas Temáticos Logística e Transporte Intermodal; Preservação, Promoção e Acesso à Cultura; Meio Ambiente e Biodiversidade; dentre outros.
2. **Melhoria dos Serviços Públicos essenciais (saúde, educação e segurança):** sua transversalidade com o PPA 2016-2019 acontecerá por meio da realização de objetivos e entregas dos Programas Temáticos Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Superior; Saneamento Básico; Saúde; Segurança, Administração do Sistema Penitenciário e Defesa Civil; dentre outros.
3. **Melhoria da Gestão do Setor Público:** sua transversalidade com o PPA 2016-2019 acontecerá por meio da realização de objetivos e entregas dos Programas Temáticos Democratização e Governança Pública; Melhoria na Gestão da Previdência Social; e Programas Temáticos de Saúde, Educação e Segurança.

O RN Sustentável irá, portanto, contribuir para a implementação dos três Eixos Estratégicos do PPA.

Exemplos de outros Projetos e Agendas Transversais

- RN sem Miséria
- Políticas para a Juventude
- Políticas para as Mulheres
- Políticas sobre as Drogas

3.1.2. Dimensão Tática

A Dimensão Tática define caminhos exequíveis para o alcance dos Objetivos e das transformações definidas na Dimensão Estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada.

3.1.3. Ligação entre as Dimensões Estratégica e Tática: Programas Temáticos

Os Programas Temáticos são os elos de ligação entre as Dimensões Estratégica e Tática. Conceitualmente, eles retratam a agenda do governo, organizadas por recortes de políticas públicas que orientam a ação governamental. Sua abrangência deve ser a **necessária** para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. Dessa forma, é importante ressaltar que, para que aconteça a gestão eficiente do Plano, utilizando-o como insumo importante do planejamento estadual, a quantidade de Programas Temáticos contempladas no PPA deve ser a mais enxuta possível. Essa estratégia é explicada não apenas pela própria definição metodológica dos Programas Temáticos, mas também pelo intuito de promover as transversalidades entre os setoriais.

Abaixo encontram-se os Programas Temáticos do PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte:

TABELA 2. PROGRAMAS TEMÁTICOS

Programas Temáticos do PPA 2016-2019	
1.	Democratização e Governança Pública
2.	Melhoria na Gestão da Previdência Social
3.	Legislativo
4.	Judiciário

-
5. Ministério Público

 6. Educação Básica

 7. Educação Profissional e Tecnológica

 8. Educação Superior

 9. Logística e Transporte Intermodal

 10. Energia (elétrica, eólica, solar)

 11. Petróleo, Gás e Biocombustíveis

 12. Ciência, Tecnologia e Inovação

 13. Fruticultura, Agricultura Irrigada e Familiar e Pecuária

 14. Desenvolvimento Produtivo, Criação e Apoio de Novas Cadeias Produtivas e Economia Solidária

 15. Apoio ao Desenvolvimento Econômico Industrial

 16. Aquicultura e Pesca

 17. Extrativismo e Beneficiamento mineral

 18. Turismo

 19. Comércio e Serviços

 20. Segurança, Administração do Sistema Penitenciário e Defesa Civil

 21. Assistência Social e Trabalho

 22. Reforma Agrária e Assuntos Fundiários

 23. Saneamento Básico

 24. Saúde

 25. Preservação, Promoção e Acesso à Cultura

 26. Esporte e Lazer

 27. Habitação

 28. Pobreza e Desigualdade

 29. Justiça e Cidadania*

 30. Inclusão Digital

 31. Meio Ambiente e Biodiversidade

 32. Conservação e Gestão de Recursos Hídricos e Oferta de Água
-

* Envolve Objetivos em: Políticas aos Povos Originários e às Populações Tradicionais (Ribeirinhos, Quilombolas, Indígenas, Ciganos, Pescadores, etc.); Políticas Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual; Políticas de Direitos Humanos; Políticas para a Juventude e Políticas para as Mulheres.

A ligação entre Eixos e Diretrizes Estratégicas e Programas Temáticos é ilustrada na seguinte figura:

EIXO	DIRETRIZES	PROGRAMAS TEMÁTICOS
1 DEMOCRATIZAÇÃO E MELHORIA DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	Diretriz: Democratização e Governança Pública com participação social, transparência, eficiência e gestão orientada para resultados	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático 1: Democratização e Governança Pública » Programa Temático 2: Melhoria na Gestão da Previdência Social » Programa Temático 3: Legislativo » Programa Temático 4: Judiciário » Programa Temático 5: Ministério Público
2 AMPLIAÇÃO DA INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA DA ECONOMIA POTIGUAR	Diretriz: Investimento no capital humano potiguar: Educação de qualidade para todos de modo a garantir a cidadania e o acesso à oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático 1: Educação Básica » Programa Temático 2: Educação Profissional e Tecnológica » Programa Temático 3: Educação Superior
	Diretriz: Investimento em Infraestrutura em todo o Estado a fim proporcionar os meios para o avanço da economia do RN	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático 1: Logística e Transporte Intermodal » Programa Temático 2: Energia (elétrica, eólica e solar) » Programa Temático 3: Petróleo, Gás e Biocombustíveis
	Diretriz: Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação para consolidar o desenvolvimento do Estado no longo prazo.	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação
	Diretriz: Investimento em eficiência no apoio e incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado e ao Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático 1: Fruticultura, Agricultura Irrigada e Familiar e Pecuária » Programa Temático 2: Desenvolvimento Produtivo, Criação e Apoio de Novas Cadeias Produtivas e Economia Solidária » Programa Temático 3: Apoio ao Desenvolvimento Econômico Industrial » Programa Temático 4: Aquicultura e Pesca » Programa Temático 5: Extrativismo e Beneficiamento Mineral » Programa Temático 6: Turismo » Programa Temático 7: Comércio e Serviços
3 MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO POTIGUAR	Diretriz: Promoção do bem-estar do potiguar através da garantia ao acesso aos direitos fundamentais	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Temático 1: Segurança, Administração do Sistema Penitenciário e Defesa Civil » Programa Temático 3: Assistência Social e Trabalho » Programa Temático 4: Reforma Agrária e Assuntos Fundiários » Programa Temático 1: Saneamento Básico » Programa Temático 2: Saúde » Programa Temático 1: Preservação, Promoção e Acesso à Cultura » Programa Temático 2: Esporte e Lazer » Programa Temático: Habitação » Programa Temático: Pobreza e Desigualdade » Programa Temático 1: Justiça e Cidadania » Programa Temático 2: Inclusão Digital » Programa Temático 1: Meio Ambiente e Biodiversidade » Programa Temático 2: Conservação e Gestão de Recursos Hídricos e Oferta de Água

PROJETOS E AGENDAS TRANSVERSAIS

Imagem 3: Ligação Eixos X Diretrizes X Programas Temáticos

3.1.3.1. Programas Temáticos e seus atributos: conceitos

O diagrama abaixo mostra o Programa Temático e seus atributos: Contextualização, Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas.



Imagem 4: Esquematização do Programa Temático e dos seus atributos

❖ Nome

Os nomes dos Programas Temáticos estão listados na Tabela 2 (seus códigos serão gerados pelo SIAF).

❖ Contextualização

A Contextualização do Programa Temático descreve, de forma sucinta, a política e expõe o porquê de os Objetivos terem sido escolhidos, como eles se relacionam entre si e como se pretende alterar a realidade a partir deles. Logo, como boa prática, sugere-se que:

1. Primeiramente, descreva a política do Programa Temático;
2. Em seguida, formule os Objetivos relacionados ao mesmo;
3. Por fim, a Contextualização do Programa Temático é concluída ao se relacionar seus Objetivos.

Cada setorial deverá elaborar a Contextualização do Programa Temático da sua competência. Além disso, nos casos de participação em um Programa Temático transversal, os setoriais deverão articular entre si a Contextualização.

A contextualização do Programa Temático abordará os seguintes aspectos:

- Uma interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- As oportunidades e os desafios associados, considerando os cenários socioeconômicos e fiscais do Estado;
- Os contornos territoriais que a política pública deverá assumir;
- As transformações que se deseja realizar;
- Os desafios que devem ser considerados pelos Objetivos.

Abaixo, apresentamos um exemplo de Contextualização do Programa Temático Educação Básica do PPA 2012-2015 do Governo Federal.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é um processo de formação de indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. A educação formal e pública, como parte fundamental de um esforço educacional maior - que também ocorre na família, na comunidade e no trabalho -, deve contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes. Nada disso poderá ser alcançado sem uma educação de qualidade, norteadas pelos princípios da equidade, da valorização da diversidade, dos direitos humanos, do enfrentamento de violência e intolerância, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da acessibilidade, da igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de pessoa com deficiência.

Segundo dados da PNAD, em 2009, a população brasileira com 17 anos ou mais tinha, em média, 7,6 anos de estudo. Essa média é menor entre as populações negra (6,7 anos), rural (4,7 anos) e entre os 25% mais pobres (5,3 anos). O corte regional também aponta desigualdades significativas: enquanto no Nordeste a população tem, em média, 6,3 anos de estudo, no Sudeste esta média sobe para 8,2. Ainda que no período recente tenha ocorrido avanço consistente na escolaridade média da população com 17 anos ou mais, e que os grupos menos favorecidos tenham avançado de maneira mais rápida do que os demais, a superação da desigualdade educacional existente em todas as etapas da educação básica continua um desafio.

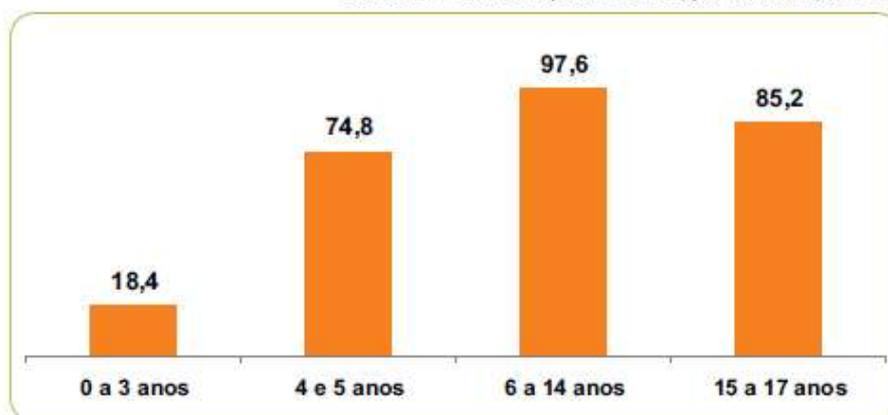
Em relação à educação infantil, a PNAD indica que apenas 18,4% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos frequentavam creches em 2009. Para a população de 4 e 5 anos, os percentuais de frequência à pré-escola são mais elevados, de 74,8%. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, a educação básica pública passou a ser obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, determinação a ser implementada progressivamente, até o ano de 2016, implicando o desafio de elevar as taxas atuais de frequência à pré-escola, juntamente com o aumento da taxa de frequência ao ensino médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020, proposto pelo Executivo Federal, prevê ainda a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de 0 a 3 anos. Nesse sentido, para a educação infantil, são fundamentais iniciativas como a implantação de creches e pré-escolas, sobretudo nas localidades de maior déficit de atendimento, a formação de profissionais do magistério, os repasses suplementares para a alimentação escolar e a definição de materiais pedagógicos específicos, considerando as especificidades locais e as necessidades de cada público.

O ensino fundamental pode ser considerado universalizado, a despeito da paulatina implantação do ensino fundamental de 9 anos. No entanto, ainda é necessário melhorar a qualidade, expandindo a educação integral e enfrentando questões como a retenção, a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. Além disso, em grupos populacionais específicos, como a população residente no campo, ainda existem problemas de acesso. Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2009, nas escolas do campo, para cada duas matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental existe apenas uma nos anos finais, sendo essa situação ainda mais crítica entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, em que a proporção de vagas é de seis para um. Já nas escolas urbanas, para cada quatro vagas nas séries iniciais, há três nas séries finais e duas no ensino médio.

Dados da PNAD de 2009, mostram que pouco menos de 51% dos jovens entre 15 e 17 anos cursavam o ensino médio. Para elevar esse número, faz-se necessário corrigir problemas incidentes nas etapas anteriores e promover iniciativas que atraiam os jovens, como a oferta de um ensino mais apropriado ao contexto social do aluno, o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos.

Gráfico 23 – Taxa de frequência à escola, por faixa etária, em 2009

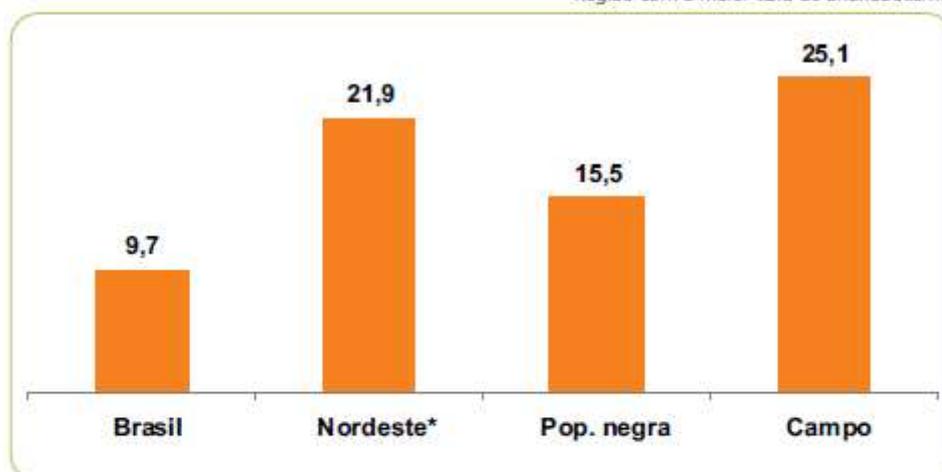


Fonte: PNAD 2009

Outro grande desafio da educação básica está relacionado à alfabetização e educação de jovens e adultos. De acordo com os dados da PNAD de 2009, cerca de 46 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não tinham concluído o ensino fundamental e 14,1 milhões eram analfabetos. Aqui também as desigualdades educacionais se apresentam. Em 2009, a taxa de analfabetismo era de 21,9 % no Nordeste e de 5,5% no Sudeste; de 8,5% na cidade e de 25,1% no campo; de 15,5% entre a população negra e de 7% entre os brancos.

O enfrentamento dessa questão passa pelo incentivo do retorno de jovens e adultos à escola, e também pela continuidade desse público nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, a União deve atuar em parceria com os outros entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Gráfico 24 – Taxa de analfabetismo, por recortes demográficos específicos, em 2009
* Região com a maior taxa de analfabetismo.



Fonte: PNAD 2009

Entre as principais metas do PPA para o período 2012-2015 relacionadas à educação básica estão a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental de 4,6 para 5,2; dos anos finais do ensino fundamental, de 4,0 para 4,7; e do ensino médio, de 3,6 para 4,3.¹ Merecem destaque, ainda, as metas de alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, de redução da taxa de analfabetismo funcional e de elevação das taxas de escolarização líquida no ensino médio, de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para população na faixa etária de 6 a 14 anos, de frequência à escola para população de 15 a 17 anos e de frequência à escola para população de 0 a 5 anos.

Dadas as disparidades dos principais indicadores do tema entre as regiões e entre diferentes segmentos da população, também são metas do Programa a aproximação da escolaridade média entre negros e não negros, a redução da taxa de analfabetismo entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes e a elevação da escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país e incluída entre os 25% mais pobres.

De maneira geral, as metas estabelecidas do Programa foram construídas visando ao estabelecimento de um ponto intermediário entre os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal e o período do Plano. Todas elas devem ser perseguidas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Em síntese, para viabilizar um ensino de qualidade e a elevação dos níveis de acesso, o Programa Temático da Educação Básica busca, em consonância com os objetivos estabelecidos na proposta do PNE 2011-2020: (i) elevar o nível global de escolaridade da população; (ii) melhorar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades; (iii) democratizar a gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; (iv) promover a valorização dos profissionais da educação; e (v) reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência dos estudantes.

Com isso, espera-se consolidar a evolução positiva do quadro da educação básica, construído a partir de ganhos importantes obtidos nos últimos anos, como: a melhoria da qualidade da educação básica, medida pelo IDEB, que, por si, é também uma conquista, pois permitiu avaliar a partir de critérios objetivos a situação da educação, desde a escola até a média nacional, e priorizar sistemas de ensino mais frágeis, em relação ao apoio técnico e financeiro do governo federal; a evolução positiva dos gastos em educação em relação ao PIB; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a criação do piso nacional do magistério; a ampliação das transferências automáticas a toda a educação básica; e as mudanças legais que, por exemplo, tornaram obrigatório o atendimento escolar entre 4 e 17 anos de idade.

❖ Indicadores

Os Indicadores são um conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução do Programa Temático. Apurados periodicamente, auxiliam o monitoramento da evolução de uma determinada realidade, gerando subsídios para a avaliação. Eles devem dialogar com os Objetivos e ser passíveis de apuração durante o período do PPA.

1. Atributos dos Indicadores

- a. **Nome do Indicador:** deve exprimir, de forma clara, o que será medido;
- b. **Descrição do Indicador:** descrever, de forma sucinta, o que o indicador visa medir;
- c. **Sigla da Unidade de Medida:** informar a unidade de medida do Indicador;
- d. **Tipo de Indicador**
 - i. **Indicadores de resultado:** expressam, direta ou indiretamente, os benefícios no público-alvo decorrentes das ações empreendidas no contexto de uma dada política e têm particular importância no

contexto de gestão pública orientada a resultados. São exemplos as taxas de morbidade (doenças), taxa de reprovação escolar e de homicídios.

- e. **Índice mais recente:** descreve a situação mais recente do resultado medido pelo Indicador;
- f. **Data de Apuração:** consiste na aferição de um Indicador em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida;
- g. **Índice Final do Indicador no PPA:** indica o valor final da evolução do Indicador no período de duração do PPA;
- h. **Fonte do índice:** instituição que aferiu o Indicador;
- i. **Responsável pela Coleta:** setor responsável por coletar informações sobre o Indicador;
- j. **Bases geográficas:** qual é o recorte do Indicador (Territorial ou Estadual);
- k. **Fórmula de Cálculo:** descrição de como o Indicador é calculado;
- l. **Periodicidade:** quantas vezes o Indicador é aferido no ano.

TABELA 3. EXEMPLO DE INDICADORES: PROGRAMA TEMÁTICO SAÚDE

Nome do Indicador	Taxa de Mortalidade Infantil
Descrição do Indicador	Consiste na mortalidade infantil observada durante um ano, referida ao número de nascidos vivos do mesmo período.
Sigla da Unidade de Medida	Índice
Tipo de Indicador	Indicador de Resultado
Índice mais recente	14,4
Data de Apuração	31/12/2013
Índice Final do Indicador no PPA	Índice almejado no final do período do PPA
Fonte do índice	Datusus
Responsável pela Coleta	Coordenadoria de Planejamento – Secretaria Estadual de Saúde Pública
Base geográfica	Estadual
Fórmula de Cálculo	(Óbitos Infantis/Nascidos Vivos) x 1000
Periodicidade	Anual

❖ Valor Global

Indica a soma dos valores das Ações Orçamentárias relacionadas àquele Programa. Os valores para os Programas Temáticos serão determinados pelas Ações Orçamentárias. Na entrada de dados do SIAF, será indicado o valor para o período do PPA anualmente.

❖ Objetivos

O Objetivo deve expressar as escolhas de governo para a transformação de determinada realidade, orientando a atuação do governo para o que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades. Ele deve ser escrito de forma clara e direta e orientar taticamente a atuação do governo para o que deve ser feito.

No momento de elaboração dos Objetivos, é importante que os setoriais estabeleçam um diálogo com os Conselhos Estaduais e considerem as propostas territoriais colhidas na fase de eventos do PPA Participativo e a escuta social realizada pela internet, a fim de obter informações e ouvir essas demandas. Além disso, é importante reforçar a necessidade de se observar as heterogeneidades de cada território no momento de construção da estratégia de intervenção.

No PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte, os Objetivos, assim como as Iniciativas, promovem a ligação entre o PPA e as Ações Orçamentárias no Orçamento do Governo do Estado de 2016.

• Características do Objetivo

- Declara as informações necessárias para a eficácia da ação governamental (o que fazer, como fazer e para quê);
 - O conjunto de Objetivos de um Programa Temático revela a estratégia do governo em determinada política pública;
 - Deve ser escrito de forma clara e direta a fim de facilitar sua comunicação e não deve ser apenas o enunciado de uma intenção;
 - É o primeiro nível de responsabilização do Plano, uma vez que é identificado um órgão responsável para cada Objetivo;
 - É um dos elementos de ligação entre o Programa Temático e suas Fontes de financiamento (o outro são as Iniciativas).
- **Órgão Responsável:** setorial responsável pela realização do Objetivo. Deverá validar com outros Órgãos todas as Metas relacionadas ao Objetivo.

- **Caracterização do Objetivo**

Deve descrever sucintamente o contexto e a estratégia de implementação, indicando a situação a ser alterada pelo Objetivo. Deverá expor a forma como os atributos subordinados (Metas, Iniciativas e Ações Orçamentárias) se relacionam entre si.

Na caracterização, devem ser detalhados o escopo (o que fazer, como fazer, para quê, em qual lugar e quando) e as informações relevantes para o Objetivo, tais como aspectos legais, dimensão territorial, a articulação federativa necessária, segmentos prioritários da política, além de questões tecnológicas, de gestão, recursos humanos e de financiamento envolvidas.

A caracterização é construída através de:

- Contexto: status quo da realidade que o objetivo quer mudar;
- Estratégia de implementação: como o objetivo será colocado em prática para alterar a realidade que se quer mudar;
- Transversalidade dos atributos do objetivo: como Metas, Iniciativas, etc., se relacionam entre si;

- **Exemplo de Objetivo e sua Caracterização:**

- **Programa Temático:** Educação Básica
- **Objetivo 1A:** Alfabetizar todas as crianças de até 14 anos de idade do Rio Grande do Norte através do acesso à universalização do ensino, considerando as necessidades de cada território, visando minimizar as desigualdades sociais e econômicas.
- **Órgão Responsável:** Secretária da Educação e da Cultura (SEEC)
- **Caracterização do Objetivo 1A:**
 1. Status quo da alfabetização no Rio Grande do Norte (realidade a ser alterada ao se concretizar o Objetivo): diagnóstico sucinto sobre como se encontra a situação da alfabetização das crianças de até 14 anos no Estado;
 2. Estratégia de implementação: o que vai ser feito para alfabetizar todas as crianças de até 14 anos do Estado, como essa estratégia será colocada em prática, onde e quando a estratégia será implementada.

- **A taxa de analfabetismo de crianças de 11 a 14 anos, em 2010, era de 6,63% no Rio Grande do Norte, acima da média nacional de 3,24%*. Além disso, a taxa de frequência (atendimento) de crianças de 6 a 14 anos na escola, no RN em 2010, era de 97,16%. Observa-se, então, uma alta presença na escola, mas ainda assim a existência de uma taxa de analfabetismo mais elevada que a nacional. Logo, a fim de mudar essa realidade, o Governo do Estado implementará o plano “Nenhuma Criança Deixada para Trás”, onde se focará no aumento do número de matrículas e serão realizados investimentos não só em alfabetização, mas também no estímulo à leitura. Essa estratégia será colocada em prática em parceria com todas as Secretarias de Educação Municipais, em todos os municípios do Estado. Esse plano iniciará em janeiro de 2016, continuando até 2019, e se relaciona diretamente ao Objetivo “Elevar o atendimento escolar nas escolas do Rio Grande do Norte” e com suas Metas (*Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010). (EXEMPLO FICTÍCIO)**

❖ Metas

As Metas expressam a medida de alcance do Objetivo, podendo ser qualitativas ou quantitativas, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada Objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

As metas devem ser estruturantes, ou seja, devem expressar os mais importantes desafios escolhidos pelo governo a serem enfrentados no período do Plano em cada área e ser capazes de provocar mudanças no patamar atual da política. Além disso, devem ser factíveis dentro do período do Plano, considerando a previsão de recursos e o desenvolvimento dos meios necessários à sua execução.

- **Territorialização da Meta:** quando aplicável, é importante distribuir o alcance das metas por território. É importante considerar as necessidades peculiares de cada território, ou seja, aqueles que mais precisam de determinada política devem ser priorizados.
- **Responsáveis por Objetivos e Metas:** podem ser setoriais diferentes. Ou seja, as Metas podem ser transversais: órgãos diferentes do órgão responsável pelo Objetivo podem inserir Metas que estejam relacionadas àquele Objetivo, se essa for o interesse comum a ser alcançado.
- **Tipos de Metas:**

- **Metas de Produtos/Entregas:** construir 5467 quadras esportivas até 2019
- **Metas de Medidas Normativas:** Aprovar o Estatuto da Juventude até 2016
- **Metas Transversais:** no Objetivo 3A na página 22, tem-se a seguinte Meta
 - **Meta 2:** Atender 10.000 mulheres através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Mulher)
 - **Órgão Responsável:** Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM)
- **Exemplo 1:**
 - **Programa Temático:** Educação Básica
 - **Objetivo 1A:** Alfabetizar todas as crianças de até 14 anos de idade do Rio Grande do Norte através do acesso à universalização do ensino, considerando as necessidades de cada território, visando minimizar as desigualdades sociais e econômicas
 - **Órgão Responsável:** Secretária da Educação e da Cultura (SEEC)
 - **Meta:** Alfabetizar 100% das crianças de até 14 anos do Estado até 2019
 - **Órgão Responsável:** Secretaria da Educação e da Cultura (SEEC)
- **Exemplo 2:**
 - **Programa Temático:** Educação Básica
 - **Objetivo 2A:** Promover a prática esportiva nas escolas através da oferta de infraestrutura adequada e de projetos visando à formação integral
 - **Órgão Responsável:** Secretária da Educação e da Cultura (SEEC)
 - **Meta 1:** Construir 200 quadras esportivas nas escolas estaduais até 2019
 - **Órgão Responsável:** Secretária da Educação e da Cultura (SEEC)
 - **Territorialização da Meta:** ver tabela abaixo

TABELA 4. TERRITORIALIZAÇÃO DA META: CONSTRUIR 200 QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS ATÉ 2019

Território	Total	Unidade
Mato Grande	30	unidade
Agreste Litoral Sul	25	unidade
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	25	unidade
Trairi	20	unidade
Alto Oeste	20	unidade
Potengi	20	unidade
Açu/Mossoró	20	unidade
Sertão do Apodi	15	unidade
Seridó	15	unidade
Terras Potiguaras	10	unidade

- **Meta 2:** Ampliar em 100% o número de projetos de Esportes disponíveis nas escolas estaduais até 2018
 - **Órgão Responsável:** Secretarias da Educação e da Cultura (SEEC)
- **Exemplo 3:**
 - **Programa Temático:** Pobreza e Desigualdade
 - **Objetivo 3A:** Promover políticas de combate à pobreza por meio de incentivos à inserção da população de baixa renda ao mercado de trabalho e no sistema produtivo para reduzir a pobreza e a miséria no RN
 - **Órgão Responsável:** Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS)
 - **Meta 1:** Capacitar XX (nº de) famílias inseridas dentro dos critérios que determinam a extrema pobreza para inserção no mercado de trabalho até 2019
 - **Órgão Responsável:** Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS)

- **Meta 2:** Atender 10.000 mulheres através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Mulher)
 - **Órgão Responsável:** Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM)

❖ Iniciativas

A Iniciativa é o atributo do Programa que declara os meios que viabilizam os Objetivos e suas Metas, explicitando o “como fazer” ou as entregas de bens e serviços resultantes da atuação do Estado ou os arranjos de gestão (medidas normativas e institucionais), a pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade ou a integração de políticas públicas, necessários ao alcance dos Objetivos.

No PPA 2016-2019 do Estado do Rio Grande do Norte, as Iniciativas, assim como os Objetivos, promovem a ligação entre o PPA e as Ações Orçamentárias no Orçamento do Governo do Estado.

- **Exemplo 1:**
 - **Programa Temático:** Educação Básica
 - **Objetivo 1A:** Alfabetizar todas as crianças de até 14 anos de idade do Rio Grande do Norte através do acesso à universalização do ensino, considerando as necessidades de cada território, visando minimizar as desigualdades sociais e econômicas
 - **Órgão Responsável:** Secretária da Educação e da Cultura (SEEC)
 - **Meta:** Alfabetizar 100% das crianças de até 14 anos do Estado até 2019
 - **Órgão Responsável:** Secretaria da Educação e da Cultura (SEEC)
 - **Iniciativas:**
 - Aquisição de livros e material didático
 - Formação continuada de professores dos ensinos Infantil e Fundamental
 - Desenvolvimento de sistema de acompanhamento e avaliação para a construção de habilidades em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático
 - Implementação do plano “Nenhuma Criança Deixada para Trás”

❖ Projetos Estruturantes

Aquelas Iniciativas que, por sua importância ou valor de recursos alocados à sua realização, forem consideradas estratégicas para a implementação do Programa Temático ao qual elas estão relacionadas serão classificadas como **Projetos Estruturantes**.

A SEPLAN realizará uma análise das Iniciativas submetidas por cada setorial e indicará quais Projetos serão classificados como Estruturantes.

- **Exemplo:**
 - **Iniciativa:** Implementação do Plano “Nenhuma Criança Deixada para Trás”. Os gestores do Estado consideram que esse é um plano muito importante para a Educação do Estado. Logo, essa Iniciativa passa a ser um Projeto Estruturante, recebendo atenção redobrada na sua implementação.

3.1.4. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado

Estes Programas contemplam despesas destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da ação governamental ou, ainda, àquelas não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas. Diferenciam-se dos Programas Temáticos por não serem programas finalísticos (que articulam ações que resultam em produtos – bens ou serviços – ofertados à população).

De forma geral, **cada Setorial deverá elaborar sua parte do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado do Rio Grande do Norte, compreendendo ações de natureza administrativa.**

O valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado será a soma das Ações Orçamentárias ligadas ao referido Programa.

As Ações Orçamentárias dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado estão ligadas diretamente aos mesmos, enquanto, nos Programas Temáticos, as Ações Orçamentárias estão ligadas via Objetivos e Iniciativas.

- **Exemplos de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado:** incluem despesas com:
 - Pessoal e encargos sociais alocados às atividades administrativas;
 - Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;

- Manutenção de serviços administrativos.

3.1.4.1. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado e seus atributos

❖ Valor Global

Indica a soma dos valores das Ações Orçamentárias relacionadas ao Programa. Os valores para os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado serão determinados pelas Ações Orçamentária. Na entrada de dados do SIAF, será indicado o valor para o período do PPA anualmente.

3.1.5. Dimensão Operacional

A Dimensão Operacional não faz parte do PPA, mas é importante para o mesmo pois suas Ações Orçamentárias conectam o Orçamento aos Programas Temáticos por meio dos Objetivos e das Iniciativas. Como mencionado, na Dimensão Operacional são contempladas as Ações Orçamentárias do Orçamento do Governo do Estado.

❖ Ações Orçamentárias

Ação Orçamentária é a operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao Objetivo de um Programa Temático. Incluem-se também no conceito de Ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.

O novo PPA do Estado do Rio Grande do Norte não apresenta Ações Orçamentárias, que são detalhadas somente na Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA 2016-2019 se ligará à LOA através dos Objetivos e também através das Iniciativas. Esse método garante, ao mesmo tempo, maior flexibilidade e controle ao Plano. Dessa forma, os setoriais deverão formular as Ações Orçamentárias, ligando-as aos Objetivos ou Iniciativas, e anexá-las ao PPA. Os setoriais deverão, adicionalmente, anexar as ações para o exercício de 2016 referentes à LDO.

3.2. ATIVIDADES A SEREM SEGUIDAS PELOS SETORIAIS

A fim de iniciar os trabalhos de elaboração do PPA 2016-2019, os setoriais realizarão as seguintes atividades.

3.2.1. Consolidação dos Programas Temáticos: Passo a Passo

1. Confirmar, dentre os Programas Temáticos propostos pela SEPLAN, aqueles que se aplicam à sua área de competência;
2. Analisar a compatibilidade dos Programas Temáticos com os programas e ações atualmente sendo realizados pelo setorial (que fazem parte do PPA 2012-2015). Para realizar essa etapa, vários programas e ações do PPA 2012-2015 podem ser agrupados e consolidados dentro de um Programa Temático;
3. Após essa análise, propor ajustes dos Programas Temáticos à SEPLAN, se necessário for;
4. Após o item acima, se for identificado que um Programa Temático específico envolve transversalidade com outros setoriais, articular agenda para trabalho conjunto de Contextualização de cada Programa Temático;
5. Fazer individualmente a Contextualização daqueles Programas que não tiverem transversalidade com outros Órgãos.

3.2.2. Indicadores para os Programas Temáticos: Passo a Passo

1. Como mencionado anteriormente, cada Programa Temático tem um conjunto de Indicadores associado aos mesmos. Os setoriais deverão propor os indicadores mais apropriados para acompanhar os Programas Temáticos, que serão validados pela SEPLAN.

3.2.3. Objetivos, Metas e Iniciativas: Passo a Passo

1. Cada Programa Temático terá uma série de Objetivos. Os setoriais, sozinhos ou em articulação com outros setoriais, dependendo do tipo de Programa Temático (transversal ou não), deverão formular os Objetivos de cada Programa.

2. Cada Objetivo terá um órgão responsável.
3. Cada órgão responsável por um Objetivo deverá:
 - i. Fazer a caracterização do Objetivo;
 - ii. Definir as Metas associadas ao Objetivo;
 - iii. Definir a Territorialização das Metas, se aplicável;
 - iv. Listar as Iniciativas necessárias para viabilizar a realização do Objetivo;
 - v. Listar as Ações Orçamentárias **associadas à consecução do Objetivo e estimar o valor necessário para sua execução** anualmente. Essas ações podem ser diretamente associadas às Iniciativas ou não;
 - vi. Anexar ao PPA as ações orçamentárias desenvolvidas no passo anterior.

3.2.4. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado: Passo a Passo

1. Cada setorial deverá elaborar sua parte do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado do Rio Grande do Norte.
2. O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado do Rio Grande do Norte se ligará diretamente às suas ações orçamentárias, que serão anexadas ao PPA.

3.2.5. Inserção das Informações no SIAF

1. Por fim, a Contextualização e Indicadores dos Programas Temáticos, os Objetivos, Metas e Iniciativas e Ações Orçamentárias construídos acima serão inseridos no SIAF pelos setoriais.
2. Após inserir todas as informações de construção do PPA, os setoriais deverão imprimir um relatório do SIAF para validação pela SEPLAN.

4. Considerações finais

O PPA Participativo representa um avanço considerável na direção de métodos mais modernos de gestão pública. Entretanto, alcançar um patamar elevado de desempenho gerencial é um desafio que requer persistência e constância de propósitos.

A mudança que nesse momento se inicia pretende elevar a capacidade sistemática de planejamento do Estado, ao mesmo tempo em que adota uma postura de intervenção territorial, levando em consideração a participação social. Essas inovações permitem um primeiro passo para a construção de um Rio Grande do Norte mais democrático, eficiente e melhor para se viver.

5. Anexos

5.1 Relação dos 167 municípios em 10 territórios

5.1.1 Território: Açú-Mossoró (14 municípios)

Açú, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

5.1.2 Território: Alto Oeste (30 municípios)

Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Lucrecia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tabuleiro Grande, Tenente Ananias, Venha-Ver e Viçosa.

5.1.3 Território: Agreste Litoral Sul (24 municípios)

Arês, Baía Formosa, Lagoa D'Anta, Brejinho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Jundiá, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Montanhas, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Passagem, Pedro Velho, Santo Antônio, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Serrinha, Tibau do Sul, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

5.1.4 Território: Mato Grande (15 municípios)

Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaira, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

5.1.5 Território: Potengi (11 municípios)

Barcelona, Bom Jesus, Ilmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Elói de Souza.

5.1.6 Território: Sertão Central (11 municípios)

Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Galinhos, Guamaré, Jardim de Angicos, Lajes, Macau, Pedra Preta e Pedro Avelino.

5.1.7 Território: Seridó (25 municípios)

Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

5.1.8 Território: Sertão do Apodi (17 municípios)

Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Janduis, Messias Targino, Olho-D'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal e Upanema.

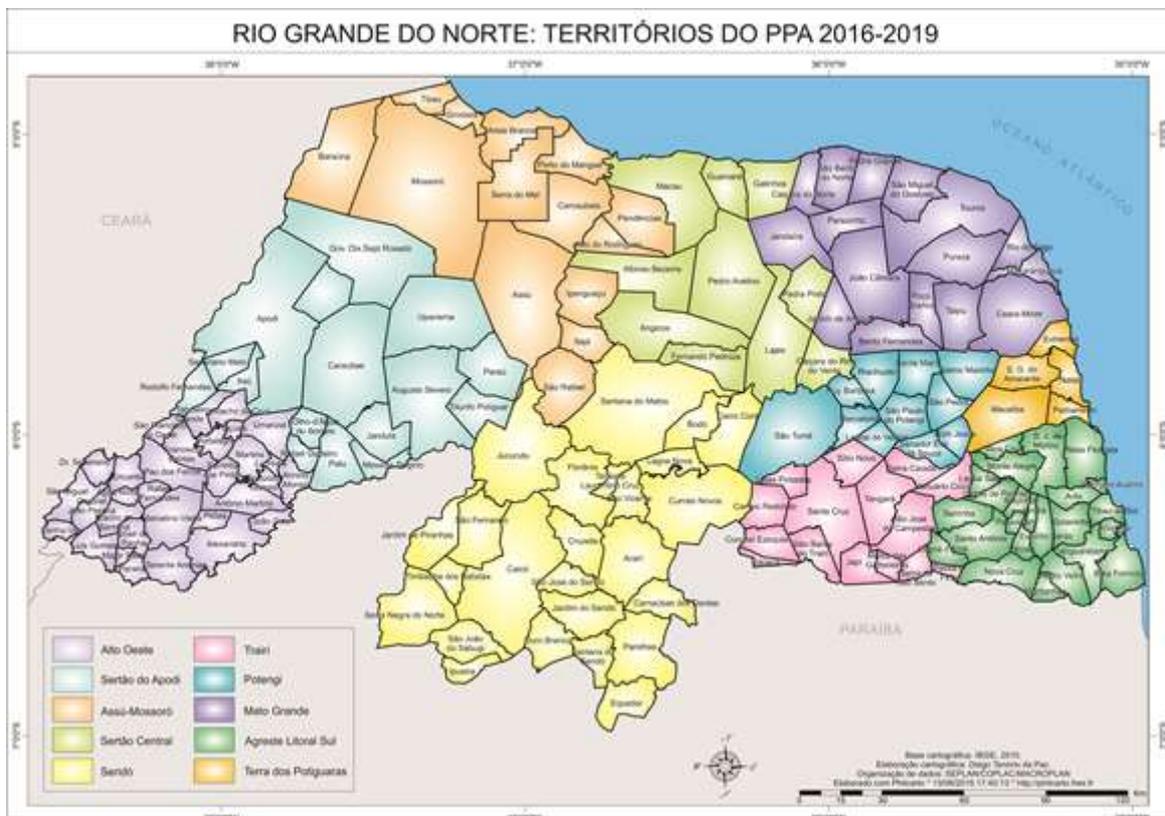
5.1.9 Território: Trairi (15 municípios)

Boa Saúde, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, Serra Caiada, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará.

5.1.10 Território: Terra Potiguaras (05 municípios)

Extremoz, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.

5.2 Mapa dos Territórios





**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado do Planejamento e das
Finanças - SEPLAN

RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá, 351 - Sala 718
Ed. Fórum de Ipanema
Ipanema - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22410-003
Fone/fax: (21) 2287-3293
e-mail: macroplan@macroplan.com.br

SÃO PAULO

Alameda Santos, 905 - Conjuntos 71 e 72
Ed. Santos Dumont
Cerqueira César - São Paulo/SP
Cep: 01419-001
Fone/fax: (11) 3285-5634

BRASÍLIA

SCN, Quadra 01 - Bloco C, Sala 908
Ed. Brasília Trade Center
Asa Norte - Brasília/DF
Cep: 70.711-902
Fone: (61) 3328-6504
Fax: (61) 3328-7446
e-mail: macroplandf@macroplan.com.br

www.macroplan.com.br